

ESP-UNESP-FACUL.CIEN.HUMANAS E SOCIAIS-FRANCA

Estudo Técnico Preliminar 15/2026

1. Informações Básicas

Número do processo: 510/2026

2. Descrição da necessidade

2. Descrição da necessidade

2.1. A presente contratação cujo objeto é a reforma de calçada e rampas, no trajeto entre a Biblioteca ao Restaurante Universitário; as adequações de acessibilidade visam atender à necessidade de adequação às normas de acessibilidade na calçada, saguão de entrada e uma das salas internas da Biblioteca, bem como a instalação de portões e adequações das rampas e passagem no estacionamento da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais - Câmpus de Franca - SP. Tal intervenção tem como objetivo proporcionar autonomia, segurança e inclusão às pessoas com deficiências e/ou mobilidade reduzida.

Faz-se necessária as adequações principalmente da calçada, que interliga a Biblioteca ao Restaurante Universitário, tendo em vista a deterioração do calçamento, bem como os danos causados por raízes de árvores, que levantaram algumas placas de concreto, tornando o percurso instável, com muitos obstáculos, o que aumenta o risco de quedas e acidentes.

2.2 A prestação dos serviços ocorrerá de forma não continuada, mediante Ordem de Serviço, por meio de planilha formatada de acordo com os serviços, materiais, equipamentos e seus respectivos insumos constantes nas tabelas referenciadas, como: CDHU, FDE, SINAPI, entre outras.

2.3 Diante do exposto acima, é fundamental o prosseguimento destes esforços, através da licitação de serviços comuns.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Diretoria Técnica de Serviços	Aline Cristina Teles

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Os serviços a serem contratados, referentes à Reforma de calçada e rampas, trajeto da Biblioteca até o RU; adequações de acessibilidade, consistem na execução de benfeitorias nas instalações do Câmpus de Franca da UNESP, com foco na adequação de acessibilidade. A empresa contratada será responsável pelo fornecimento integral de todos os materiais, insumos e mão de obra necessários à perfeita execução dos serviços, observadas as normas técnicas vigentes e as boas práticas da construção civil. As especificações e condições detalhadas encontram-se descritas no Memorial Descritivo e deverão ser apresentadas as descrições dos serviços a serem realizados.

4.1. Reforma da Calçada entre Biblioteca e o Restaurante Universitário

Remoção de entulho (quebra do calçamento existente), tratamento de raízes superficiais (remoção), nivelamento do solo e instalação de novo calçamento antiderrapante e acessível.

4.2. Adequação do Saguão e Sala da Biblioteca

Ajuste de desníveis, instalação de sinalização tátil e melhoria da circulação interna.

4.3. Instalação de Portões

Fornecimento e instalação de portões adequados para controle de fluxo e segurança em áreas estratégicas.

4.4. Adequação de Rampas e Estacionamento

Readequação de inclinações de rampas conforme NBR 9050 e marcação de passagens seguras no estacionamento.

4.5. Sustentabilidade

4.5.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, quando for o caso:

4.5.2. Priorizar soluções que minimizem o consumo de energia, como o uso de tecnologias mais eficientes e o design de sistemas com baixo consumo energético;

4.5.3. Promover o uso consciente de recursos naturais, buscando reduzir o desperdício e a extração excessiva de materiais;

4.5.4. Implementar práticas para reduzir, reutilizar e reciclar os resíduos gerados durante a execução do objeto, minimizando seu impacto no meio ambiente;

4.5.5. Buscar soluções inovadoras e tecnologias mais limpas para a execução do objeto, reduzindo as emissões de gases de efeito estufa e outros poluentes;

4.5.6. Garantir condições de trabalho seguras e saudáveis para os trabalhadores envolvidos na execução do objeto;

4.5.7. Realizar monitoramentos periódicos durante a execução dos serviços para avaliar e mitigar os impactos ambientais e sociais identificados.

4.5.8. Priorizar o emprego de mão de obra, materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local para execução, conservação e operação das obras públicas.

4.5.9. Cumprir as diretrizes e procedimentos para a gestão de resíduos da construção civil, estabelecidos na Lei nº 12.305/2010 - Política Nacional de Resíduos Sólidos, artigos 3º e 10º da Resolução nº 307, de 5 de julho de 2002 do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA e Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19 de janeiro de 2010.

4.5.10. Cumprir As diretrizes de sustentabilidade em acordo ao Decreto nº 7.746/2012, com as alterações dadas pelo Decreto nº 9.178/2017, especialmente aos Incisos I ao VIII do artigo 4º “I – baixo impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água; II – preferência para materiais, tecnologias e matérias primas de origem local; III - maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia; IV – maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local; V – maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra; VI – uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais; VII – origem sustentável dos recursos naturais utilizados nos bens, nos serviços e nas obras; e VIII – utilização de produtos florestais madeireiros e não madeireiros, originários de manejo florestal sustentável ou de reflorestamento”.

4.5.11. Cumprir com os critérios ambientais estabelecidos em normas, no Guia Nacional de Licitações Sustentáveis disponibilizados pela AGU e na Instrução Normativa nº 01/2010 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que dispõe sobre critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional.

4.5.12. A Contratada deverá observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, artigos 3º e 10º da Resolução nº 307, de 05/07/2002, do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA, e Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010.

Subcontratação

4.6. É admitida a SUBCONTRATAÇÃO total ou parcial para os serviços e materiais constantes da Planilha Orçamentária citados abaixo, nos termos do artigo 122 da Lei nº 14.133 de 2021, caso previamente aprovada pela Contratante, em regime de responsabilidade solidária, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, para os itens 3.4 e 7.4 limitados a 30% (trinta por cento) do valor contratual.

4.6.1. Em caso de subcontratação sem prévia aprovação da Contratante, poderão ser aplicadas as sanções e penalidades cabíveis.

4.6.2. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação;

4.6.3. A relação que se estabelece na assinatura do contrato é exclusivamente entre o Contratante e a Contratada, não havendo qualquer vínculo ou relação de nenhuma espécie entre a Contratante e a subcontratada, inclusive no que diz respeito à medição e pagamento direto à subcontratada;

4.7.4. A Contratada ao requerer autorização para subcontratação de parte dos serviços, deverá comprovar perante a Administração a regularidade jurídico /fiscal e trabalhista, bem como a qualificação técnica de sua subcontratada, respondendo, solidariamente com esta, pelo inadimplemento destas quando relacionadas com o objeto do contrato;

4.8.5. A Contratada responsabiliza-se pela padronização, compatibilidade, gerenciamento centralizado e qualidade da subcontratação;

4.9.6. As empresas subcontratadas também devem comprovar, perante a Contratante que estão em situação regular, fiscal, previdenciária e sua qualificação técnica, que entre seus diretores, responsáveis técnicos ou sócios não constam funcionários, empregados ou ocupantes de cargo comissionado na Contratante.

Garantia da Contratação

4.10. Será exigida a garantia da contratação de que tratam o artigo 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato.

4.10.1. A julgar a complexidade técnica dos serviços, é indicada a utilização de percentual de garantia de 10% (dez por cento), cabendo à Autoridade Competente definir o valor percentual da garantia na Autorização da Licitação.

4.11. No prazo de convocação para formalização da contratação, e anteriormente à celebração da contratação, o fornecedor deverá prestar garantia, podendo optar por uma das seguintes modalidades:

4.11.1. Caução em dinheiro. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada mediante depósito bancário em favor do Contratante no Banco do Brasil, em conta que contemple a correção monetária do valor depositado.

4.11.2. Caução em títulos da dívida pública. Serão admitidos apenas títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

4.11.3. Fiança bancária. Feita a opção pela fiança bancária, no instrumento deverá constar a renúncia expressa do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil. Será admitida fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

4.11.4. Seguro - garantia. A apólice de seguro -garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados em conformidade com o item subsequente, observada a legislação que rege a matéria. Caso tal cobertura não conste expressamente da apólice, o fornecedor vencedor poderá apresentar declaração firmada pela seguradora emitente afirmando que o seguro - garantia apresentado é suficiente para a cobertura de todos os eventos indicados em conformidade com o item subsequente, observada a legislação que rege a matéria.

4.11.5. Título de capitalização. Serão admitidos apenas títulos de capitalização conforme a modalidade instrumento de garantia custeados por pagamento único, com resgate pelo valor total, emitidos com observância da legislação que rege a matéria.

4.12. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

Vistoria

4.13. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda a sexta-feira, das 08:00 às 11:00 e das 14:00 às 16:00 horas, mediante prévio agendamento através do e-mail: dts.franca@unesp.br e/ou telefones: (16) 3706-8860 ou (16) 3706 8769.

4.14. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

5. Levantamento de Mercado

5. Levantamento de Mercado

5.1. Para a elaboração dos custos de cada etapa da obra, mediante cronograma físico-financeiro, foram utilizados os custos definidos pelas tabelas de Composição de Preços e Custos das seguintes fontes:

5.1.1. Boletim Referencial de Custos - CDHU - Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo - sem desoneração - Boletim 193 - Data base 11/2025;

5.1.2. SINAPI - Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - sem desoneração - Data base 11/2025;

5.1.3. FDE - Fundação para o Desenvolvimento Educacional - sem desoneração - Data Base – 01/2026;

5.1.4. Cotações de preços de mercado;

5.2. De acordo com a pesquisa realizada, o valor para a contratação de empresa especializada para Reforma de calçada e rampas, trajeto da Biblioteca até o RU; adequações de acessibilidade da FCHS no Campus de Franca/SP está de acordo com os valores praticados no mercado:

Responsável	Objeto	Área Construída	Valor da obra
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais (FCHS)	Reforma de calçada e rampas, trajeto da Biblioteca até o RU; adequações de acessibilidade	505 m²	R\$ 209.950,34

5.3. Em observância ao Decreto Federal no 7.983/2013, indicado na Instrução Normativa SEGES/ME no 91, de 16/12/2022, naquilo que dispõe o § 2o do artigo 23 da Lei no 14.133/2021 quanto ao estabelecimento das regras para o valor estimado da presente contratação, vimos de acordo com o contido no artigo 5o do supracitado Decreto e § 3o do artigo 23 da supracitada Lei JUSTIFICAR QUE, no âmbito do Estado de São Paulo, adotamos como base para a referência de valores, as tabelas da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo, criada pela Lei Estadual no 905/1975, e que através do Decreto Estadual no 64.646/2019, recebeu a atribuição de exercer as atividades públicas anteriormente exercidas pela CPOS – Companhia Paulista de Obras e Serviços, extinta pela Lei Estadual no 17.056/2019, e que antes era responsável pela publicação do Boletim Referencial de Custos oficial do Estado de São Paulo; além das tabelas da Fundação para o Desenvolvimento da Educação – FDE e Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - Sinapi.

6. Descrição da solução como um todo

6. Descrição da solução como um todo

Trata-se de serviço comum para realização da Reforma de calçada e rampas, trajeto da Biblioteca ao Restaurante Universitário; adequações de acessibilidade, nas instalações do Câmpus da Unesp, em Franca-SP, com o objetivo de adequação às normas NBR 9050. A execução dos serviços será conforme as especificações técnicas e o memorial descritivo anexos ao Edital.

Os serviços deverão ser executados por empresa terceirizada, dado que no quadro de pessoal efetivo da Universidade não há profissionais disponíveis para a execução das atividades a serem contratadas. Ademais, a execução dos serviços seguirá as disposições previstas no Termo de Referência e Memorial Descritivo.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7. Estimativas das Quantidades a serem Contratadas

7.1 O quantitativo estimado está descrito conforme Planilha de Serviços, Quantitativos e Percentuais.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 209.950,34

8.1. Para a elaboração dos custos de cada etapa da obra, mediante cronograma físico-financeiro, foram utilizados os custos definidos pelas tabelas de Composição de Preços e Custos das seguintes fontes:

8.1.1. Boletim Ref. de Custos - CDHU - Companhia de Desenv. Habit. e Urbano do estado de São Paulo - sem desoneração;

8.1.2. SINAPI - Sistema Nac. de Pesq. de Custos e Índices da Const. Civil - sem desoneração;

8.1.3. FDE - Fundação para o Desenvolvimento da Educação - sem desoneração;

Item	CATSERV	Descrição do item	Valor Global
1	22225	Reforma de calçada e rampas, trajeto da Biblioteca até o RU; adequações de acessibilidade	R\$ 209.950,34
VALOR TOTAL			R\$ 209.950,34

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. Conforme estabelece o Art. 47, Inciso II da Lei 14.133/2021, verifica-se no caso, pela análise do objeto que é indicado o não parcelamento, tendo em vista que a empresa que executará os serviços, o fará todo de uma vez e sequencialmente sem grande complexidade, o que vai gerar economicidade e agilidade na execução dos serviços.

9.2. Optou-se pelo não parcelamento do objeto, também tendo como um importante parâmetro, o valor global do orçamento base elaborado, que é de R\$ 209.950,34 (duzentos e nove mil, novecentos e cinquenta reais e trinta e quatro centavos) para os Serviços de Reforma de calçada e rampas, trajeto da Biblioteca ao Restaurante Universitário; adequações de acessibilidade. Sabe-se que a complexidade de execução dos serviços não está atrelada à vultuosidade de seus valores.

9.3. Analisando os orçamentos base, qualquer empresa poderá participar do certame, garantindo assim a ampliação da competitividade entre os licitantes, não precisando efetuar o parcelamento para garantir o princípio legal supracitado.

9.4. Outro fator importante remete a evitar o considerado fracionamento dos serviços, mesmo que levando em conta a região onde eles serão executados. A intenção é garantir uma maior agilidade e menor perda de tempo na execução dos serviços, a divisão em lotes, ou seja, o parcelamento levaria à existência de vários cronogramas, um para cada empresa detentora de contrato, o que dificultaria o acompanhamento e a fiscalização.

9.5. Portanto, fica justificado que, pelo porte e complexidade do serviço em questão, não há necessidade de se fazer um parcelamento dos serviços.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. A contratação objeto deste estudo não necessita de contratação correlata ou interdependente, pois contempla a execução do serviço como um todo.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. A presente contratação consta do PCA do ano de 2026, nos termos do Decreto Estadual nº 67.689, de 03 de maio de 2023.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

A contratação dos serviços de Reforma de calçada e rampas, trajeto da Biblioteca até o RU; adequações de acessibilidade no Câmpus de Franca da UNESP trará uma série de benefícios diretos e indiretos, impactando positivamente as pessoas com deficiências e/ou mobilidade reduzida, e a comunidade universitária como um todo. Entre os principais benefícios, destacam-se:

Melhoria da Segurança: A adequação da calçada e rampas reduzirá o risco de quedas e acidentes para pessoas com mobilidade reduzida.

•Aumento da Autonomia e Inclusão: As adequações permitirão que pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida se desloquem com maior autonomia e segurança pelo câmpus, promovendo a inclusão.

•Conformidade Legal: A adequação das instalações às normas técnicas e de segurança garante a conformidade com a legislação vigente, especialmente a NBR 9050.

13. Providências a serem Adotadas

13.1. Serão elaborados Termo de Referência (TR), Matriz de Riscos e Edital para viabilizar o processo licitatório para esta contratação;

13.2. Definições dos servidores que farão parte da equipe de fiscalização e gestão contratual;

13.3. Definições dos locais onde serão armazenados os equipamentos da empresa contratada;

13.4. Definição de planos de trabalho com vistas à boa execução contratual;

13.5. Acompanhamento rigoroso das ações previstas nos projetos apresentados para a realização da obra a ser contratada.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. O principal impacto ambiental da presente contratação refere-se à disposição final dos elementos a serem retirados da área. Dessa forma, deve ser verificado pela fiscalização de forma assídua a destinação dos elementos e a forma de disposição de cada um deles.

14.2. Deve ser assegurado que a disposição final dos resíduos da construção civil seja realizada em local adequado, conforme as diretrizes vigentes na cidade onde ocorrerá a reforma.

14.3. Além disso, deve ser assegurado que a área a ser desobstruída fique acessível para os usuários, sem restos de entulho ou quaisquer elementos que possam gerar acidentes.

14.4. É importante que a fiscalização aponte quaisquer irregularidades a serem sanadas pela empresa contratada, de forma a entregar os serviços de forma definitiva e sem quaisquer serviços inacabados.

14.5. A execução dos serviços deverá cumprir todas as exigências e determinações previstas na legislação: Resolução nº 307, de 5 de julho de 2002 e suas alterações, pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) e nas Normas Técnicas: NBR 15112, NBR 15113 e NBR 15114.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

A execução da Reforma de calçada e rampas, trajeto da Biblioteca até o RU; adequações de acessibilidade no Câmpus de Franca da UNESP mostra-se necessária e plenamente viável diante da função social e educacional desempenhada pela universidade. As intervenções propostas visam adequar os ambientes às normas técnicas e de segurança vigentes, garantindo condições adequadas de uso, conforto e bem-estar às pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida que frequentam o espaço.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ALINE CRISTINA TELES

Diretor Técnico de Serviços



Assinou eletronicamente em 11/06/2026 às 12:16:35.

ELDER NOGUEIRA DA SILVA

Assistente Técnico Administrativo